

Ofício nº 87/2019/SAS-ANA  
Documento nº 02500.045345/2019-03

Brasília, 2 de julho de 2019.

Ao Secretário de Estado  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS  
Rodovia José Carlos Daux, SC 401, km 05, nº 4756 - Ed. Office Park, Bloco 2, 2º Andar - Saco Grande II  
88.032-005 – Florianópolis – SC

Assunto: **Resultado da certificação das metas contratuais do 5º período do Progestão referente ao exercício de 2018 e determinação do valor da 5ª parcela a ser transferida ao estado de Santa Catarina.**

Referência: Processo nº 02501.000772/2013-59

Senhor<sup>1</sup> Secretário,

1. Vimos dar conhecimento ao estado de Santa Catarina do resultado da certificação das metas contratuais do 5º período do Progestão, estabelecidas nos Anexos III e IV do Contrato nº 026/ANA/2014, referente ao exercício de 2018.
2. Esclarecemos, conforme Nota Técnica nº 13/2018/COAPP, de 2 de julho de 2018, que o estado atendeu parcialmente tanto as metas de cooperação federativa como as de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, perfazendo uma **nota final igual a 75,35%**. Dessa forma, estará apto a receber a **5ª parcela no valor parcial de R\$ 587.752,50** (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), uma vez comprovada a regularidade fiscal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS-SC), prevista no contrato.
3. Para a certificação das metas de cooperação federativa foram elaboradas Notas Técnicas pelas Unidades Organizacionais (UORGs) responsáveis da Agência Nacional de Águas (ANA), tendo por base o Relatório Progestão apresentado pelo estado.
4. Com vistas a dar ciência do teor das análises realizadas, encaminhamos anexo as seguintes Notas Técnicas referentes às certificações das metas de cooperação federativa:
  - Parecer Técnico nº 17/2019/COCAD/SFI (documento nº 02500.026368/2019) – Meta I.1 referente à integração dos dados de usuários de recursos hídricos (CNARH);
  - Nota Técnica nº 21/2019/COSUB/SIP (documento nº 02500.026727/2019) – Meta I.2 referente ao compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas;
  - Nota Técnica nº 37/2019/SPR (documento nº 02500.032638/2019) – Meta I.3 referente à contribuição para a difusão do conhecimento (Conjuntura);
  - Parecer Técnico nº 113/2019/SGH (documento nº 02500.026591/2019) e Nota Técnica nº 16/2019/COART/SOE (documento nº 02500.026755/2019) – Meta I.4 referente à prevenção de eventos hidrológicos críticos;
  - Nota Técnica nº 22/2019/COSER/SRE (documento nº 02500.029891/2019) – Meta I.5 referente à atuação para segurança de barragens;



- Nota Técnica nº 10/2019/COAPP/SAS (documento nº 02500.044621/2018) – Consolidação da certificação e determinação do valor da parcela a ser transferida.

5. Finalmente, esclarecemos que, caso seja de seu interesse, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS tem um **prazo de 10 dias úteis, após o Aviso de Recebimento (AR), para contestar o resultado desta certificação**, para fins de nova análise pela UORG da ANA responsável. Em caso contrário, solicitamos encaminhar manifestação, por e-mail, para o gestor do contrato ([agustin.trigo@ana.gov.br](mailto:agustin.trigo@ana.gov.br)) para as providências quanto ao pagamento da 5ª parcela no valor mencionado.

6. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Parecer Técnico nº 17/2019/COCAD/SFI  
Documento nº 02500.026368/2019-19  
Referência: 02500.020277/2019-61

Certificação da Meta Federativa 1.1 do Progestão referente ao exercício de 2018 – Estado SC.

## **Introdução**

1. Este Parecer Técnico tem o objetivo de atestar o cumprimento da Meta 1.1 – Integração dos Dados de Usuários de Recursos Hídricos do Progestão, tendo como ano de referência 2018, para o estado de Santa Catarina.
2. As análises foram elaboradas considerando os critérios de avaliação definidos para este exercício, conforme Informe nº 02 do Progestão, disponibilizados para o Estado em 13 de março de 2018, que indica que a certificação do 5º período, correspondente ao ano de 2018, será comprovada mediante ao encaminhamento dos seguintes itens:
  - A. Lista dos usuários inseridos no CNARH que foram regularizados pelo estado até 2017. Este número deve equivaler a 100% do total dos usuários regularizados até 31/12/2017;
  - B. Indicação do quantitativo de usuários regularizados pelo Estado até 2017;
  - C. Lista dos usuários inseridos no CNARH que foram regularizados em 2018;
  - D. Indicação do quantitativo de usuários regularizados pelo Estado em 2018.
3. Cabe ressaltar que para o cumprimento da meta foram utilizados os dados existentes exclusivamente no atual CNARH.
4. Observa-se ainda que, para todas as possibilidades de disponibilização dos dados, a comprovação dos itens A e B, equivalerá a 80% da nota de avaliação do período; e a comprovação dos itens C e D equivalerá a 20% da nota de avaliação do período para a meta 1.1 do Progestão.

## **Análise dos encaminhamentos**

5. Para a análise foram utilizados os dados encaminhados pelo Estado a partir de seu relatório e respectivos anexos sendo comparados com os dados existentes no CNARH. Posteriormente foi calculado o percentual equivalente da comprovação da meta, a partir dos quantitativos de usuários regularizados informados pelo Estado. A Tabela 1 apresenta resumo dos dados encaminhados pelo Estado de SC e da análise realizada.



| <b>Itens solicitados</b>   | <b>SC</b>                      |
|--|--------------------------------|
| A) Lista 1 - usuários inseridos no CNARH que foram regularizados até 2017  | 1.516                          |
| B) Quantitativo – usuários regularizados pelo estado até 2017  | 1.530                          |
| Percentual de usuários regularizados até 2017 que se encontram cadastrados no CNARH (100%)   | 99,1%                          |
| $\left(\frac{itemA}{itemB}\right) * 100\%$   |                                |
| Percentual relativo ao cumprimento da exigência constante no item A (lista 1) – (valor máximo possível – 80% do percentual total da comprovação) | 79,3%                          |
| C) Lista 2 - usuários inseridos no CNARH que foram regularizados em 2018   | 782                            |
| D) Quantitativo – usuários regularizados pelo estado em 2018   | 802                            |
| Percentual de usuários regularizados em 2018 que se encontram cadastrados no CNARH (100%)  | 97,5%                          |
| $\left(\frac{itemC}{itemD}\right) * 100\%$   |                                |
| Percentual relativo ao cumprimento da exigência constante no item C (lista 2) – (valor máximo possível – 20% do percentual total da comprovação) | 19,5%                          |
| <b>Percentual relativo ao cumprimento da meta 1.1 (total de comprovação da Meta 1.1)</b>   | <b>79,3 + 19,5<br/>= 98,8%</b> |

Tabela 1 – Situação de análise dos itens solicitados para certificação da Meta 1.1 do Progestão para o estado de SC.

6. Na última linha da Tabela 1 é possível visualizar o percentual de cumprimento da meta 1.1 para o estado de SC, a partir dos cálculos realizados, conforme determinado pelo Informe nº 02. Observa-se que o Estado atingiu um percentual de cumprimento em **98,8%** para a referida meta, no 5º período do ciclo 1 do Progestão.

É o parecer técnico.

Brasília, 29 de abril de 2019.

(assinado eletronicamente)  
MAURICIO PONTES MONTEIRO  
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)  
RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA  
Coordenadora de Cadastro

De acordo. Encaminhe-se à SAS.

(assinado eletronicamente)  
ELIANA ADJUTO BOTELHO  
Superintendente Adjunta de Fiscalização



Nota Técnica nº 21/2019/COSUB/SIP  
Documento nº 02500.026727/2019-20

Em 30 de abril de 2019.

Ao Senhor Coordenador de Águas Subterrâneas  
Assunto: **Certificação da Meta Federativa 1.2 do Progestão referente ao exercício de 2018 - Estado de Santa Catarina.**  
Referência: 02501.000502/2013

## INTRODUÇÃO

1. Esta Nota Técnica trata da verificação do atendimento, pelo estado de Santa Catarina, da Meta 1.2 do Progestão: Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas, referente ao exercício de 2018. agrupados na plataforma CNARH versão 40 com a denominação Dados do Poço.
2. A meta 1.2 consiste no compartilhamento das informações específicas às captações de água por poços, quais sejam: dados hidrogeológicos, construtivos, do teste de bombeamento e de qualidade da água. Os dados a serem preenchidos devem ser todos aqueles disponibilizados pelos usuários nos procedimentos de regularização do poço. Assim, o número mínimo de campos preenchidos para que o registro seja contabilizado como válido levará em consideração a comparação entre o que foi disponibilizado no CNARH versão 40 com os dados que são requeridos do usuário no processo de regularização.
3. As análises foram elaboradas considerando os critérios de avaliação para este exercício definidos no Informe nº 08, de 04 de junho de 2018, sendo uma obrigação do estado encaminhar junto ao Relatório do Progestão as informações citadas abaixo:
  - A. Lista das captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 cujos Dados do Poço foram compartilhados no CNARH;
  - B. Quantitativo de captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018;
4. A meta para o estado de Santa Catarina para o 5º período de certificação foi definida como:
  - 100% dos poços regularizados em 2018

## ANÁLISE E CERTIFICAÇÃO DA META

5. Para a análise foram utilizados os dados encaminhados pelo Estado a partir de seu relatório e respectivos anexos, os quais foram comparados com os dados existentes no CNARH ao final do prazo estabelecido para inserção ou consistência dos dados (31/01/2019). Para atendimento da meta 1.2 verificou-se quais os registros continham ao menos os dados técnicos básicos de poços, comumente disponíveis nos pedidos de outorga em todos os estados, como natureza do ponto, profundidade do poço e os dados do teste de bombeamento. Registros sem esses dados foram considerados inválidos, à exceção daqueles que contivessem outros dados relevantes, como dados de qualidade da água.



**Quadro 1 – Cálculo do percentual da meta 1.2**

| Itens Solicitados   | Quantitativos |
|---|---------------|
| A) Lista 1 – lista das captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 cujos Dados do Poço foram compartilhados no CNARH           | 74            |
| B) Lista 1 – lista das captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 cujos Dados do Poço foram compartilhados no CNARH/Relatório | 76            |
| Percentual de usuários regularizados em 2018 com dados do Poço cadastrados no CNARH (100%)<br>(itemA)/(itemB)*100%                          | 97,37%        |

6. Para comprovar o cumprimento da meta o estado de Santa Catarina enviou uma lista com 81 registros de captações subterrâneas outorgadas em 2018. A área certificadora identificou que 5 delas estavam cadastradas no CNARH como Usos Insignificantes e foram, portanto, desconsiderados da análise por possuírem dados incompletos. Dos 76 registros restantes, 74 foram considerados válidos ao atendimento da meta 1.2.



7. Dado o exposto, observa-se que o Estado de Santa Catarina cumpriu **97,37 % da meta 1.2** no 5º período de certificação do Progestão.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
LETÍCIA LEMOS DE MORAES  
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)  
MÁRCIA TEREZA PANTOJA GASPAR  
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo,

À SIP, para prosseguimento.

(assinado eletronicamente)  
FERNANDO ROBERTO OLIVEIRA  
Coordenador de Águas Subterrâneas

De acordo,  
À SAS, para providências.

(assinado eletronicamente)  
TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO  
Superintendente de Implementação de Programas e Projetos

Nota Técnica nº 37/2019/SPR  
Documento nº 02500.032638/2019-12

Em 15 de maio de 2019.

Ao Superintendente Adjunto de Planejamento em Recursos Hídricos  
Assunto: **Certificação do Estado de SC no âmbito do PROGESTÃO quanto ao cumprimento da meta federativa 1.3: Contribuição para a Difusão do Conhecimento.**  
Referência: 02501.000772/2013

1. A presente Nota Técnica trata da verificação ao atendimento da *Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento* no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO. A seguir são apresentados dados gerais do objeto da avaliação:

**Processo:** 02501.000772/2013

**Contrato Progestão:** 026/ANA/2014

**Contratante:** Agência Nacional de Águas

**Contratada:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS

**Objeto do contrato:** transferência de recursos financeiros da ANA à ENTIDADE ESTADUAL, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, na forma de pagamento pelo alcance de metas de gerenciamento de recursos hídricos, mediante o cumprimento das metas de gestão

**Data da assinatura do contrato:** 17/12/2014

**Objeto da avaliação:** Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento - Compartilhamento no âmbito do SINGREH, por meio de instrumento específico, das informações sobre a situação da gestão de águas que subsidiam a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**".

**Ano de avaliação:** 1º Ciclo – 1º Período - ano 2018

2. A ANA, conforme atribuição conferida pela Resolução CNRH nº 58/2006, elabora anualmente, desde 2009, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Todas as versões do Relatório de Conjuntura encontram-se disponíveis para download no portal eletrônico da ANA ([www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)). A participação dos estados, através das secretarias estaduais de recursos hídricos e meio ambiente e órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, tem sido decisiva para atingir os resultados apresentados.

3. Conforme especificado no Anexo I ao contrato 026/ANA/2014 (Processo de Certificação das Metas de Cooperação Federativa e de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Âmbito Estadual), a **Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento**, corresponde ao compartilhamento no âmbito do SINGREH das informações sobre a situação da gestão de águas que subsidiam a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**". Esta avaliação trata, portanto, do atendimento à solicitação para subsidiar a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2019**", cujos dados foram solicitados em setembro de 2018.

4. O critério de avaliação da meta do PROGESTÃO, conforme previsto em contrato, consiste no envio por parte do estado de Santa Catarina das informações solicitadas no prazo





estabelecido e conforme formato definido pela ANA.

5. Para a elaboração do Relatório de Conjuntura – Informe 2019 a ANA, em 17/09/18, enviou ofício para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS (Ofício nº 41/2018/SPR-ANA – doc. Próton 056397/2018-21) solicitando informações para o Relatório de Conjuntura – Informe 2019.

6. As informações de Qualidade das Águas e Outorgas Estaduais são as que se enquadram para efeito de avaliação do Progestão, pois são as que necessitam de atualização sistemática e periódica e são as que necessitam estar integradas à base de dados do Conjuntura em formato específico. O envio dessas informações objetiva apresentar uma visão integrada dos recursos hídricos em âmbito nacional, incorporando as informações dos diversos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7. Ao receber a solicitação da ANA, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável sistematizou as informações sobre outorgas estaduais solicitadas e enviou para a agência no dia 14/11/18, por meio de e-mail. O Estado de Santa Catarina ainda não monitora a qualidade das águas. As informações apresentadas atenderam ao prazo e ao padrão solicitados pela ANA e foram incorporadas à base de dados do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos – Informe 2019, em elaboração.

8. Conforme os critérios estabelecidos pela SPR para a avaliação de cada item da **Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento**, o Estado atingiu **100%** da nota final (notas totais referentes aos dados sobre Outorgas Estaduais). Ressalta-se que o Estado ainda não possui rede própria de monitoramento da qualidade da água. Sendo assim, foi considerada a pontuação máxima nesse tema. As pontuações referentes a cada ítem avaliado estão apresentadas no Anexo 1.

9. Considerando o exposto e a fórmula de avaliação do Progestão, constante do Anexo I do Contrato Progestão 026/ANA/2014, atesta-se **o cumprimento no que se refere ao compartilhamento das informações que subsidiam a elaboração do Relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2019" (Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento)**.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
LAURA TILLMANN VIANA  
Especialista em recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)  
ALEXANDRE LIMA DE FIGUEIREDO TEIXEIRA  
Coordenador de Conjuntura e Gestão  
da Informação

De acordo. À SAS para conhecimento e providências pertinentes.

(assinado eletronicamente)  
FLÁVIO HADLER TRÖGER  
Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos



**ANEXO 1. CRITÉRIOS AVALIADOS E PONTUAÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA META FEDERATIVA 1.3 – CONTRIBUIÇÃO PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.**

**Tema 1. Informações sobre Outorgas de Uso dos Recursos Hídricos**

| OUTORGA DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS   |                  |              |                      |      |              |               |          |          |             |          |             |        |                |                     |                 |
|--|------------------|--------------|----------------------|------|--------------|---------------|----------|----------|-------------|----------|-------------|--------|----------------|---------------------|-----------------|
| SITUAÇÃO 1: PONTUAÇÃO RELATIVA AOS DADOS DE OUTORGAS PARA UF QUE NÃO TEM INSTITUÍDA A COBRANÇA |                  |              |                      |      |              |               |          |          |             |          |             |        |                |                     |                 |
| Critérios avaliados  | Vazão máx. out.* | Nome usuário | Finalidade Principal | Tipo | Data emissão | Data validade | Situação | Ato adm. | Nome munic. | Nome rio | Coordenadas | NOTA** | ENVIO NO PRAZO | ENVIO NO FORMATO*** | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima   | 5                | 2            | 20                   | 20   | 4            | 4             | 4        | 2        | 2           | 2        | 20          | 80     | 10             | 10                  | 100             |
| Pontuação obtida   | 5                | 2            | 20                   | 20   | 4            | 4             | 4        | 2        | 2           | 2        | 20          | 80     | 10             | 10                  | 100             |

\* Requisito eliminatório (o não envio implica em pontuação zero)

\*\* Pontuação referente aos parâmetros

\*\*\* Formato refere-se ao envio conforme o modelo de tabela, extensão do arquivo solicitados e coordenadas em lat/long (graus decimais)

**Tema 2. Informações sobre Monitoramento da Qualidade da Água**

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA |        |             |          |           |                      |              |          |                 |
|------------------------------------|--------|-------------|----------|-----------|----------------------|--------------|----------|-----------------|
| Tab 1. INFORMAÇÕES SOBRE COLETAS   |        |             |          |           |                      |              |          |                 |
| Critérios avaliados                | CODIGO | COORDENADAS | ALTITUDE | DESCRIÇÃO | ENTIDADE RESPONSÁVEL | CORPO D'ÁGUA | AMBIENTE | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima                   | 5      | 7,5         | 2,5      | 2,5       | 2,5                  | 5            | 5        | 30              |
| Pontuação obtida                   | 5      | 7,5         | 2,5      | 2,5       | 2,5                  | 5            | 5        | 30              |

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA |        |             |            |                  |
|------------------------------------|--------|-------------|------------|------------------|
| Tab 2. INFORMAÇÕES SOBRE PONTOS    |        |             |            |                  |
| Critérios avaliados                | CODIGO | DATA COLETA | PARÂMETROS | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
| Pontuação máxima                   | 12,5   | 12,5        | 25         | 50               |
| Pontuação obtida                   | 12,5   | 12,5        | 25         | 50               |

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA |          |          |                |                   |                 |
|------------------------------------|----------|----------|----------------|-------------------|-----------------|
| PONTUAÇÃO TOTAL OBTIDA             |          |          |                |                   |                 |
|                                    | TABELA 1 | TABELA 2 | ENVIO NO PRAZO | ENVIO NO FORMATO* | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima                   | 30       | 50       | 10             | 10                | 100             |
| Pontuação obtida                   | 30       | 50       | 10             | 10                | 100             |

\* Formato refere-se ao envio conforme modelo de tabela/extensão do arquivo solicitado

**Pontuação Final: (Pontuação Total Tema 1 + Pontuação Total Tema 2) / 2**

**Pontuação Final: (100 + 100) / 2 = 100**

Nota Técnica nº 16/2019/COART/SOE  
Documento nº 02500.026775/2019-18

Em 30 de abril de 2019.

Ao Senhor Superintendente de Operações e Eventos Críticos  
Assunto: **PROGESTÃO (Estado de SC) - Certificação da Meta de Cooperação Federativa I.4: Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos - Período 5.**  
Referência: Processo nº 02501.000772/2013 e documento nº 02500.020277/2019-61

## INTRODUÇÃO

1. O Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, composto por 5 Metas de Cooperação Federativa e outras 5 de Fortalecimento da Gestão Estadual, foi regulamentado pela Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013, e tem seus procedimentos para acompanhamento e certificação de metas estabelecidos pela Resolução ANA nº 1485, de 16 de dezembro de 2013.

2. De acordo com a Resolução nº 379/ 2013, “o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO será desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos SINGREH, visando:

*I - promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e*

*II - fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e Participativo”.*

3. Esta Nota Técnica visa a analisar e certificar parte da **Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos**, sob responsabilidade das Superintendências de Operações e Eventos Críticos – SOE e de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH.

4. Esta meta corresponde à “*operação adequada dos sistemas de prevenção a eventos críticos, caracterizada pelo funcionamento adequado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como pela disponibilização de informações aos órgãos competentes*”.

5. A parte avaliada neste documento se refere à “*Produção de boletins diários, a partir do terceiro período de certificação (Períodos 3 a 5), em pelo menos 90% dos dias úteis, disponibilizados para os órgãos competentes do estado, bem como para a ANA, CENAD e CEMADEN, contendo informações claras e suficientes para a tomada de decisão, inclusive sobre envio e evolução de eventuais eventos críticos*”.



## ANÁLISE E CERTIFICAÇÃO DA META

6. Em 04 de julho de 2014, foi assinado o Contrato nº 026/ANA/2014 – PROGESTÃO, entre a Agência Nacional de Águas – ANA, o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos como interveniente.

7. Em resposta à Circular nº 1/2018/SAS (Documento nº 02500.020277/2019-61), está sendo analisado nessa NT o Relatório PROGESTÃO 2018 do Estado de Santa Catarina, Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos.

8. Para análise da Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, mais especificamente da parte relativa à “Produção de boletins diários”, foi solicitado aos Estados a apresentação de um “Relatório de Consolidação dos Boletins Diários da Sala de Situação”, contendo:

- a. O modelo do(s) boletim(ns) que foi(ram) produzido(s) durante o ano de 2016, inclusive sobre eventuais eventos críticos ocorridos;
- b. A indicação da quantidade aproximada de cada boletim produzido;
- c. Se houve ou não publicação em website e, em caso afirmativo, com a informação do endereço eletrônico; e
- d. Os órgãos que receberam os referidos boletins.

9. Analisando-se o material apresentado pelo Estado, “Relatório Anual de Eventos Extremos da Sala de Situação ANA/EPAGRI/CIRAM”, integrante do Relatório PROGESTÃO 2018 (Ofício GABS/SDS nº 211/2019), verifica-se que:

- Não foi apresentado o Relatório da Sala de Situação, elaborado pela EPAGRI/CIRAM, entidade que opera a mesma no Estado. A SDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável encaminhou um link para consulta de algumas informações, tais como: Avisos Meteorológicos, Avisos Hidrológicos, Previsão de Chuva e Monitoramento On-line [http://ciram.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2224&Itemid=250](http://ciram.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2224&Itemid=250).
- Foi possível acessar o monitoramento on-line, com informações de chuva e nível das estações hidrometeorológicas, e suas respectivas tendências de queda, elevação ou estabilidade, bem como as previsões de tempo; entretanto, não foi possível, na data de análise, acessar os avisos hidrológicos e meteorológicos. Sendo assim, ficou comprometida, total ou parcialmente, a resposta dos itens a, b e d.



10. Pelo exposto, certificamos o cumprimento de 55% da parte relativa à “Produção de boletins diários”, referente à Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ALESSANDRA DAIBERT COURI  
Coordenadora de Articulação com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

De acordo, encaminhe-se à SAS

(assinado eletronicamente)  
JOAQUIM GONDIM  
Superintendente de Operações e Eventos Críticos

Nota Técnica nº 22/2019/COSER/SRE  
Documento nº 02500.029891/2019-99

Em 8 de maio de 2019.

À Senhora Coordenadora de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens  
Assunto: **Certificação da Meta Federativa I.5 do Estado de Santa Catarina (Atuação para Segurança de Barragens) do Progestão, referente ao exercício de 2018 - quinto período de certificação do primeiro ciclo.**  
Referência: 02501.000772/2013

## Introdução

1. Esta Nota Técnica tem o objetivo de atestar o cumprimento da Meta I.5 – Cumprimento de exigências relativas à implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) – para o Estado de Santa Catarina, que adotou 2018 como o quinto (e último) período de certificação do primeiro ciclo.
2. O cumprimento em 2017 da meta I.5 pelo estado foi atestado na Nota Técnica nº 13/2018/COSER/SRE (documento nº [00000.030379/2018-10](#)).
3. A presente análise baseia-se no **Informe n° 02 de 13 de março de 2018- Ciclo 1**, nas Resoluções ANA nºs 379/2012, 1.485/2013 e nº 1506/2017, no contrato do programa firmado com o estado, no relatório recebido do estado comprovando o atingimento das metas, nas informações para o Relatório de Segurança de Barragens enviadas e informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragem-SNISB.
4. A meta foi considerada atendida conforme os esforços do órgão no sentido de (**Informe n° 02 de 13 de março de 2018- Ciclo 1**):

| <b>Barragens de usos múltiplos que não gerem energia elétrica (SDS/SC)</b>   |
|--|
| Emitir outorgas para a regularização de barragens;   |
| Complementar dados cadastrais das barragens, sobretudo altura e volume;  |
| Inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);   |
| Classificar barragens e comunicar a classificação quanto ao Dano Potencial Associado e quanto à Categoria de Risco aos empreendedores, bem como as atividades a serem executadas pelos empreendedores em decorrência da classificação, com os respectivos prazos ou periodicidades;  |
| Emitir regulamentação da Lei nº 12.334/2010, estabelecendo a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência; |
| Enviar, até 31 de março de 2019, à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.  |



| <b>Barragens de resíduos industriais (FATMA/SC)</b>  |
|--|
| Emitir licenças ambientais para a regularização de barragens;  |
| Complementar dados cadastrais das barragens, sobretudo altura e volume;  |
| Inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);   |
| Classificar barragens e comunicar a classificação quanto ao Dano Potencial Associado e quanto à Categoria de Risco aos empreendedores, bem como as atividades a serem executadas pelos empreendedores em decorrência da classificação, com os respectivos prazos ou periodicidades;  |
| Emitir regulamentação da Lei nº 12.334/2010, estabelecendo a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência; |
| Enviar, até 31 de março de 2019, à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.  |

#### **Análise das informações recebidas**

5. A **tabela 1** apresentada no Anexo I resume os dados constantes no cadastro de barragens recebidos, além de outras informações como número de barragens inseridas no SNISB, edição de regulamentos, comunicação da classificação das barragens aos empreendedores, bem como outras informações inseridas no Relatório Progestão enviado pelo órgão fiscalizador. Observa-se que foram inseridas as informações referentes ao ano de 2017 com o objetivo de se estabelecer uma comparação com o ano de 2018
6. Já a **tabela 2** explicita as metas definidas, os pesos considerados para cada critério e as notas, bem como eventuais observações.
7. Observa-se que houve uma melhora em relação ao ano anterior, mas alguns pontos ainda merecem atenção.
8. Ainda não foram inseridas barragens no SNISB; os regulamentos, apesar de não terem sido publicados, já possuem minutas, daí porque a meta foi considerada parcialmente cumprida; e, por fim, não foram evidenciadas no Relatório encaminhado a comunicação da classificação aos empreendedores (geralmente, para fins de Progestão, os órgãos encaminham junto com o Relatório cópias dos Ofícios enviados aos empreendedores notificando a classificação e comunicando as obrigações dela decorrentes) .
9. Outra observação se faz necessária. As barragens cadastradas, tanto para fins de Relatório de Segurança de Barragens-RSB como para o SNISB não se limitam às barragens abrangidas pela Lei. Nesse sentido, recomenda-se o cadastramento do restante das barragens de modo a abranger o universo atual do estado de 71 barragens.



10. Diante do exposto e conforme a **tabela 2**, atribui-se ao Estado de Santa Catarina para a meta I.5 do Progestão 2018 a **nota 6**.

11. Por fim, oportuno observar que o Estado pode solicitar reconsideração da nota concedida desde que acompanhada de fundamentação e documentos comprobatórios.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE ANDERÁOS

Coordenador Substituto de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens

De acordo, encaminhe-se à SAS.

(assinado eletronicamente)

PATRICK THOMAS

Superintendente Adjunto de Regulação





ANEXO I

Tabela 1 – Síntese dos dados cadastrais – Progestão 2018

|  | SANTA CATARINA -SC (SDS) (META I.5: SÍNTESE DOS DADOS CADASTRAIS) |                           |   |
|--|---|---------------------------|---|
|  | 2017  | 2018                      | OBSERVAÇÕES GERAIS                      |
| N. BARRAGENS CADASTRADAS SNISB                       | 0   | 0                         |   |
| N. BARRAGENS CADASTRADAS RSB                         | 0   | 38                        |   |
| BARRAGENS REGULARIZADAS                              | 0   | 0                         |   |
| CLASSIFICADAS DPA                                    | 0   | 38                        |   |
| COMPLEMENTAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS EM RELAÇÃO A 2017 | Não havia esta meta   | sim                       | no ano passado não foi enviado cadastro |
| REGULADAS  | 0   | 38                        |   |
| CLASSIFICADAS CRI                                    | 0   | 38                        |   |
| COMUNICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO AO EMPREENDEDOR         | não evidenciada   | não evidenciada           |   |
| REGULAMENTAÇÃO                                       | em processo de elaboração   | em processo de elaboração | O Órgão preparou as minutas             |
| ENVIO DE INFORMAÇÕES RSB ATÉ 31 DE MARÇO 2019        | não   | sim                       |   |
| INFORMAÇÕES ENVIADAS NO PADRÃO                       | não   | sim                       |   |



## ANEXO II

Tabela 2 – Metas I.5, pesos e notas – Progestão 2018

| SANTA CATARINA -SC (META I.5: PESOS E NOTAS) |             |                 |  |
|--|-------------|-----------------|--|
| Aspectos considerados                        | Nota máxima | Nota alcançada  | OBSERVAÇÕES GERAIS   |
| SNISB  | 1           | 0               | não há barragens inseridas no SNISB  |
| REGULARIZAÇÃO                                | 1           | 0               |  |
| COMPLEMENTAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS           | 2           | 2               |  |
| CLASSIFICAÇÃO                                | 2           | 2               |  |
| COMUNICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO                 | 1           | não evidenciada | no Relatório enviado não foi evidenciada a comunicação da classificação aos empreendedores |
| REGULAMENTAÇÃO                               | 2           | 1               | considerou-se metade da meta em virtude do esforço em elaborar as minutas                  |
| ENVIO NO FORMATO CORRETO ATÉ 31 DE MARÇO     | 1           | 1               |  |
| <b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>                       | <b>10</b>   | <b>6</b>        |  |

Parecer Técnico nº 113/2019/SGH  
Documento nº 02500.026591/2019-58  
Referência: 02501.000502/2013; 02501.001283/2017

Certificação de Meta de Cooperação Federativa 1.4 (Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos) do PROGESTÃO-Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, referente ao exercício de 2018, em atendimento à Circular nº 1/2017/SAS.

## I - INTRODUÇÃO

1. O presente Parecer Técnico tem por finalidade atender à Circular nº 1/2019/SAS (documento nº 02500.020277/2019-61) que solicitou a certificação das metas federativas do Progestão referentes ao exercício de 2018, conforme previsto nas Resolução ANA nº 379/2013, Resolução ANA nº 1.485/2013 e nº 1506/2017.
2. O Progestão é composto por cinco metas de Cooperação Federativa e outras cinco metas de gestão Estadual. Deverá ser desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, visando:
  - I – Promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e
  - II – Fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.
3. Dentro deste contexto, coube a esta Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH analisar os documentos constantes dos Relatórios do Progestão, a fim de embasar a certificação dos 50% (cinquenta por cento) da Meta de Cooperação Federativa 1.4, que aborda a Prevenção de Eventos Hidrológicos no aspecto do desempenho da transmissão de dados telemétricos das Plataformas de Coleta de Dados (PCD's) instaladas para atendimento das Salas de Situação.
4. No presente documento são feitas também algumas considerações para o aperfeiçoamento dos critérios da Meta 1.4 em relação aos Estados que participam do monitoramento de açudes no Nordeste.

## II - MÉTODO DE AVALIAÇÃO

5. Para proceder a certificação da Meta de Cooperação Federativa 1.4, que aborda a Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos dos Estados, deve ser constatado, pela SGH, o funcionamento adequado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como a realização de campanhas de campo para a manutenção corretiva da estação telemétrica, em tempo adequado, custeada integralmente pelo Estado com recursos do Progestão.
6. Importante ressaltar que o critério para a certificação é a análise tanto da manutenção corretiva realizada pelos estados necessária ao desempenho adequado na transmissão e disponibilização de dados telemétricos, quanto à obtenção do Índice de



Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos (ITD) superior ao desempenho de 80% anual.

7. O índice (ITD) é calculado automaticamente pelo Sistema Gestor PCD (Sistema HIDRO-Telemetria) cujo programa foi desenvolvido pela ANA, e se encontra disponível online<sup>1</sup>. Todos os dados publicados por esse sistema são de livre acesso aos estados, o que permite aos seus representantes verificar em tempo real os problemas de funcionamento das PCD's.

8. Para cada Estado, foi obtido o ITD relativo ao período de janeiro a dezembro de 2018, das estações da Rede de Alerta. Após a emissão do relatório, calculamos a média anual, a partir da média mensal indicada no relatório, referente ao conjunto de estações telemétricas.

9. Para o cálculo da média anual, consideramos apenas as estações telemétricas instaladas com PCD's enviadas pela ANA, conforme quantitativos pactuados nos Acordos de Cooperação Técnica assinados entre a ANA e os Estados, preferencialmente com a tecnologia de transmissão remota por satélite GOES, cuja responsabilidade de manutenção corretiva do equipamento foi atribuída ao órgão estadual participante do Acordo.

10. O resultado do ITD médio anual consolidado para as 26 (vinte e seis) Unidades da Federação encontra-se em planilha anexa.

#### **Unidades da Federação que atingiram o critério objetivo da Meta 1.4**

11. Primeiramente, após a análise dos relatórios verificamos que 15 (quinze) Estados obtiveram o desempenho médio mínimo de 80% de transmissão de dados telemétricos em toda sua Rede de Alerta definida (Tabela 1). Além do alcance do ITD mínimo de 80%, não foi constada a falta de manutenção corretiva de PCD em nenhum dos casos.

12. Confirmamos ainda junto aos representantes dos Acordos de Cooperação Técnica -ACT's pela ANA se o desempenho das estações telemétricas foi devido às intervenções efetuadas pelo órgão estadual ou exclusivamente por parte da CPRM, a fim de certificar que o cumprimento da meta foi plenamente satisfatório.

13. Alguns Estados não disponibilizaram a ficha de inspeção de PCD no endereço de servidor FTP criado para essa finalidade. Porém, a descrição das atividades feitas nas estações telemétricas estão contidas no corpo dos Relatórios do Progestão, ou foram incorporadas ao formulário eletrônico que está em desenvolvimento pela ANA/SGH (aplicativo Survey123).

Tabela 1 – UF's com média anual maior ou igual a 80% do ITD

| Ordem | Estado             | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|--------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| 1     | Alagoas            | 93                        | 11                              | sim                     |
| 2     | Bahia              | 89                        | 8                               | sim                     |
| 3     | Ceará              | 81                        | 9                               | não                     |
| 4     | Distrito Federal   | 96                        | 13                              | sim                     |
| 5     | Espírito Santo     | 81                        | 4                               | sim                     |
| 6     | Goiás              | 92                        | 4                               | sim                     |
| 7     | Maranhão           | 95                        | 8                               | não                     |
| 8     | Mato Grosso        | 95                        | 13                              | sim                     |
| 9     | Mato Grosso do Sul | 93                        | 12                              | não                     |
| 10    | Pará               | 91                        | 12                              | sim                     |

<sup>1</sup> Endereço eletrônico disponível para consulta <http://gestorpcd.ana.gov.br/ProGestao.aspx>



| Ordem | Estado    | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|-----------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| 11    | Piauí     | 81                        | 6                               | sim                     |
| 12    | Roraima   | 99                        | 10                              | não                     |
| 13    | São Paulo | 84                        | 18                              | não                     |
| 14    | Sergipe   | 86                        | 8                               | não                     |
| 15    | Tocantins | 90                        | 14                              | sim                     |
| Total |           | 90                        | 150                             | *                       |

\* 9 apresentaram arquivos das fichas no servidor ftp ANA/PROGESTÃO, e 6 não disponibilizaram tais arquivos

14. No Gráfico 1 é possível visualizar o desempenho das PCD's em comparação ao quantitativos de estações da Rede de Alerta analisada. O menor quantitativo está sob a responsabilidade de Espírito Santo e Goiás (4 PCD's) e as maiores redes estão com São Paulo e Tocantins (18 e 14 PCD's, respectivamente).

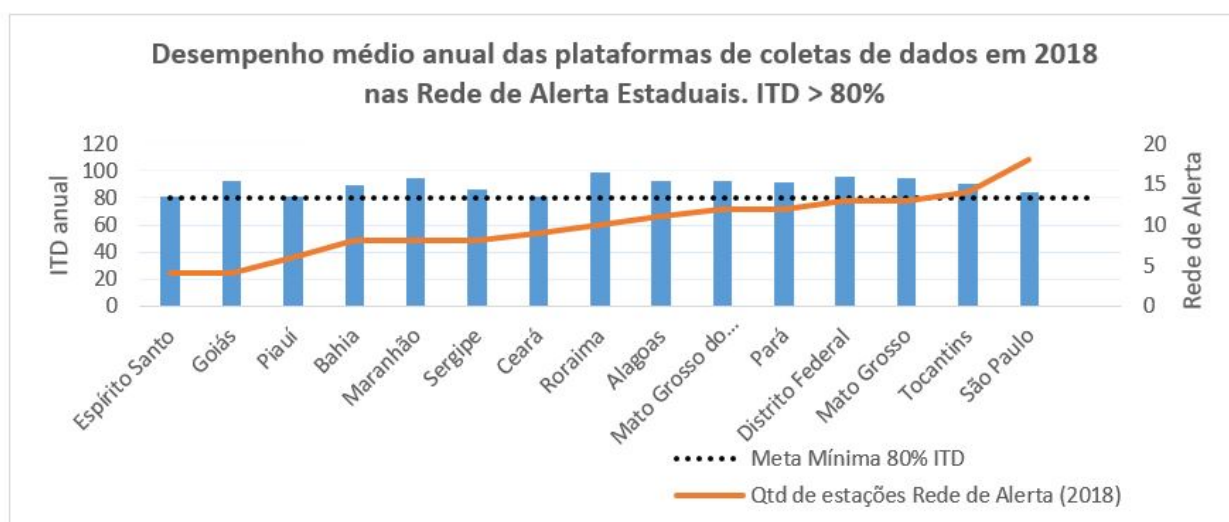


Gráfico 1 – Desempenho das PCD's das UF's que alcançaram o critério da Meta 1.4

#### Unidades da Federação que não atingiram o critério objetivo da Meta 1.4

15. Para os casos em que o critério objetivo de alcance das Metas não foi atingido, ou seja, o conjunto de plataforma de coleta de dados avaliado durante o exercício de 2018 não produziu o mínimo de dados exigido, maior ou igual a 80% de Índice de Transmissão e Disponibilidade de dados hidrológicos -ITD, fizemos uma avaliação global dos Estados, registrando os problemas e peculiaridades, caso a caso.

16. Após a avaliação, concluímos pela anuência às justificativas e peculiaridades das instituições estaduais envolvidas, salvo em relação ao Estado do Amapá e do Amazonas.

17. Em relação ao Estado do Amazonas, não houve qualquer comprovação de engajamento e atuação do Estado para solucionar os problemas de manutenção das PCD's. Não foi enviado relatório, tampouco comunicação formal ou informal aos gestores dessa Superintendência de realização de visitas às estações da Rede de Alerta, em busca de uma atuação conjunta mais efetiva e economicamente viável. Em razão da logística mais complexa para acessar às PCD's na região, e ainda o fato de o Estado já ter sido penalizado



outras vezes pelo mesmo motivo, sugere-se que os critérios para o alcance da Meta 1.4 sejam revistos para o caso específico da UF em questão.

18. Em relação ao Estado do Amapá são feitas as mesmas observações cabíveis ao Estado do Amazonas, acrescentando que o próprio Estado se manifestou no sentido de não terem sido oferecidas pela instituição as condições mínimas necessárias para visitas a estação (falta combustível, carro e voadeira).

19. Para os demais Estados, apesar de o critério objetivo (ITD > =80%) não ter sido alcançado, o engajamento dos técnicos e servidores dos respectivos órgãos estaduais, e/ou o reconhecimento notório de que a instituição estadual já atua efetivamente para manter o seu próprio sistema de alerta (MG, PR, SC e RS) foram aspectos suficientes para inferir que pelo menos uma parte das estações da Rede de Alerta foi operada adequadamente, a fim de garantir a disponibilização de dados hidrológicos para uso na Sala de Situação.

20. Outro fator a ser mencionado que pesou para aceitar as justificativas apresentadas pelo Estado é a recente falta de peças de reposição das PCD's (sensores, antenas e modems) que podem ter contribuído para as falhas de transmissão. O compromisso feito era de a ANA ser a responsável pelo fornecimento dessas peças, mas as restrições orçamentárias impostas nos últimos anos têm prejudicado o planejamento e execução de suprimento de materiais para a Rede de Alerta.

Tabela 2 – UF's com média anual menor que 80% do ITD e justificativas apresentadas

| Ordem | Estado              | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Justificativa do Estado   | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|---------------------|---------------------------|---------------------------------|---|-------------------------|
| 1     | Acre                | 57                        | 10                              | falta de sensor   | sim                     |
| 2     | Amapá               | 70                        | 5                               | falta de combustível, carro e voadeira  | não                     |
| 3     | Amazonas            | 79                        | 9                               | Não houve manifestação se fez manutenção corretiva. Falta articulação da SEMA com a ANA, CPRM e contratadas da ANA para fazer serviços nas estações   | não                     |
| 4     | Minas Gerais        | 79                        | 37                              | Não há relatos de visitas. No entanto, são estações operadas e mantidas pelo IGAM/MG. Não há repasse de recursos financeiros pela ANA. As estações que tiveram interrupção na transmissão durante o ano, foram recuperadas pelas equipes de campo do IGAM.  | não                     |
| 5     | Paraíba             | 49                        | 5                               | As PCD's foram instaladas no canal do Projeto de Integração do Rio São Francisco-PISF que esteve sem escoamento. A AESA retirou as PCD's para evitar vandalismo. Justificativa acatada  | sim                     |
| 6     | Paraná              | 73                        | 13                              | Semelhante à situação do IGAM/MG a responsabilidade das estações fluviométricas da Rede de Alerta é do Instituto das Águas do Paraná, pois a ANA não transfere recursos financeiros anuais para operação da RHN (Rede Hidrometeorológica Nacional). Daí conclui-se que não houve apoio da CPRM ou empresa contratada pela ANA para a recuperação ou manutenção das PCD's. | não                     |
| 7     | Pernambuco          | 76                        | 23                              | Alega que algumas estações transmitiram dados, mas que não passaram no filtro do gestor PCD, em razão de rio seco, plantas aquáticas etc.,. A partir de out/18 as fichas foram inseridas no Survey123. Justificativa acatada  | não                     |
| 8     | Rio Grande do Norte | 63                        | 7                               | No corpo do relatório do Progestão faz um resumo sobre as 7 estações (troca de PCD, sensor, etc).   | não                     |



| Ordem | Estado            | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Justificativa do Estado  | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|--|-------------------------|
|       |                   |                           |                                 | Mencionada também a necessidade de se dedicar ao GDH até o mês de maio/18. Justificativa acatada   |                         |
| 9     | Rio Grande do Sul | 78                        | 18                              | Metade das Rede de Alerta (Progestão) já está como Rede de Referência. Nesse modelo de operação a CPRM tem no máximo 5 (cinco) dias para reestabelecer o funcionamento e transmissão da PCD. Por esse motivo, não há mais necessidade de participação do Estado. Para as 9 (nove) estações restantes, é possível deduzir que o Estado teve participação direta para o funcionamento e transmissão das PCD's. Porém, recomenda-se ao órgão avaliar a situação das estações que deixaram de transmitir dados e, se necessário, comunicar à ANA a falta das principais peças de reposição (sensores e antenas). | não                     |
| 10    | Rondônia          | 56                        | 4                               | Os relatórios de inspeção estão no corpo do Relatório do Progestão. Nos relatórios é possível ver o engajamento dos técnicos do Estado (SEDAM). Foram visitadas várias estações, inclusive estações da RHNR 2017/2018 que deveriam estar na carga patrimonial da CPRM. Com a implantação de mais estação da Rede de Referência (Príncipe da Beira), o Estado ficará apenas com duas PCD's.   | não                     |
| 11    | Santa Catarina    | 76                        | 41                              | A Sala de Situação e as PCD's são operadas pela EPAGRI- empresa pública vinculada ao Governo Estadual. As estações da Rede de Alerta fazem parte do Contrato nº 073/2016/ANA no que tange à manutenção preventiva assinado pela ANA com a EPAGRI. Dessa forma o alcance das metas é custeado pela Estado, uma vez que no caso de manutenções corretivas a responsabilidade dos custos é da Epagri/SC.  | não                     |
|       | Total             | 69                        | 172                             |  |                         |

21. No Gráfico 2 é possível visualizar o desempenho das PCD's em comparação ao quantitativos de estações da Rede de Alerta analisada. O menor quantitativo está sob a responsabilidade de Rondônia (4 PCD's) e as maiores redes estão com Minas Gerais e Santa Catarina (37 e 41 PCD's, respectivamente).



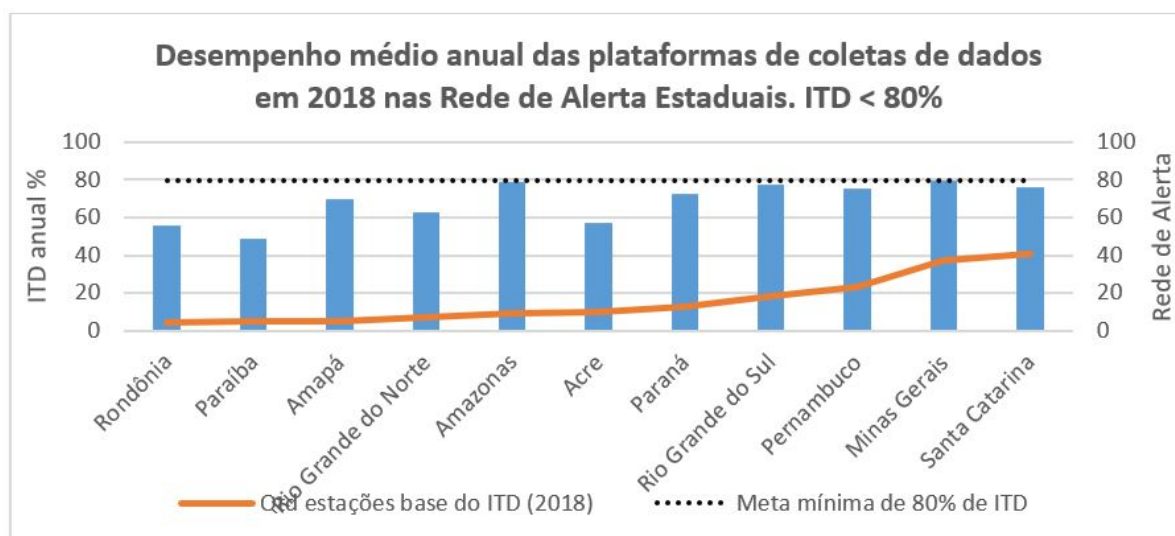


Gráfico 2 – Desempenho das PCD's das UF's que não alcançaram o critério da Meta 1.4

### III- REDE DE REFERÊNCIA E MONITORAMENTO DE AÇUDES DO NORDESTE:

22. Considerando que o Progestão já está no seu 2º Ciclo com a adesão da maioria dos Estados, e ao abordar especificamente a Meta 1.4 que trata sobre os sistemas de prevenção dos eventos hidrológicos críticos, aproveitamos o presente momento de certificação para registrar que algumas ações em andamento nessa Superintendência (SGH) têm influenciado diretamente os Estados no cumprimento da Meta Federativa em questão, ou ainda causado uma espécie de sombreamento de atribuições, os quais serão explicitadas nos parágrafos seguintes.

23. No ano de 2016, no âmbito do Memorando de Entendimento realizado com o Serviço Geológico dos Estados Unidos- USGS (2015), além do intercâmbio técnico-científico o planejamento da RHN também foi contemplado como uma atividade importante a ser desenvolvida pelos especialistas do USGS, ANA e CPRM. Nesse contexto, foi criado um grupo de trabalho-GT formado por especialistas da ANA e CPRM para consolidar os objetivos gerais e específicos da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência-RHNR conceituada como “uma rede estações hidrometeorológicas operadas em nível de excelência e com tecnologia de última geração, a fim de prover dados confiáveis, representativos e tempestivos, para conhecimento hidrológico, gestão de recursos hídricos e pesquisa científica”<sup>2</sup>

24. Um dos resultados das discussões feitas para o desenho da RHNR foi a definição de 6 (seis) objetivos gerais<sup>3</sup>, com enfoque nos interesses de representatividade nacional, em razão das funções institucionais da ANA no contexto do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH. São eles:

- 1) Transferências e Compartilhamentos Interestaduais e Internacionais
- 2) Eventos Hidrológicos Críticos
- 3) Balanços e disponibilidades hídricas
- 4) Mudanças e tendências de longo prazo
- 5) Qualidade da água
- 6) Regulação dos Recursos Hídricos

<sup>2</sup> Documento “Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência-RHNR – Objetivos e Critérios da RHNR”, Grupo de Trabalho ANA-CPRM, Portaria ANA no 151, de 31 de março de 2016, ANEXO I do Documento nº 00000.065347/2016-73, Referência: 02501.001885/2015





25. Além da definição metodológica e participativa dos objetivos de monitoramento da Rede de Referência, com a supervisão do USGS prevista no Projeto Anexo nº 3<sup>4</sup> já foram adaptadas para o modelo citado mais de 200 (duzentas) estações fluviométricas, sendo 92 (noventa e duas) somente em 2018, como podem ser verificadas na Figura 1.

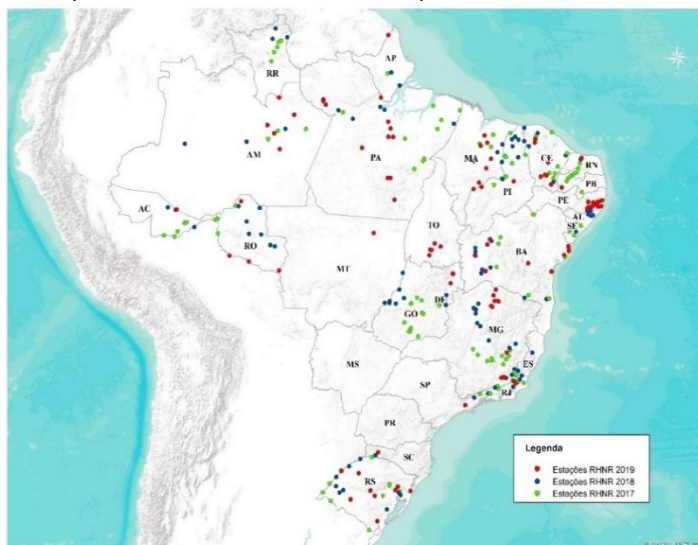


Figura 1. Rede de Referência implementada no ano de 2018.

26. Com a implementação gradativa da Rede de Referência, uma parte da Rede de Alerta dos Estados definida em conjunto com a ANA<sup>5</sup>, nos anos de 2010 a 2013, será operada no modelo de Rede de Referência acima mencionado. Uma vez que nesse modelo de operação, as falhas das PCD's deverão ser corrigidas em no máximo 5 (cinco) dias, além da realização de 6 (seis) medições de vazão ao ano para um bom ajuste de curva-chave, depreende-se que é desnecessária a mobilização de recursos estaduais para o funcionamento adequado da PCD.

27. Atualmente (2019) os Estados com a maior redução de estações sob a sua responsabilidade são os citados abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 – Impacto da implementação da Rede de Referência na Rede de Alerta

| Estado   | Qtd estações base do ITD (2018) | Rede de Referência implementada de 2017-2019 | Estações remanescentes sob a responsabilidade do Estado |
|----------|---------------------------------|--|---|
| Roraima  | 10                              | 9  | <b>1</b>  |
| Amapá    | 5                               | 3  | <b>2</b>  |
| Rondônia | 4                               | 2  | <b>2</b>  |
| Pará     | 12                              | 9  | <b>3</b>  |

28. Uma outra ação em curso na Superintendência que interfere substancialmente no desempenho das equipes estaduais envolvidas para o cumprimento do critério da Meta 1.4 (Operação de PCD's) é a implantação do projeto de monitoramento de açudes. O projeto foi concebido pela ANA nos anos de 2014/2015 e consiste em automatizar a forma de transmissão do dado de cota lida pelo observador no açude, garantindo a confiabilidade e

<sup>4</sup> Contrato tramitando conforme atos administrativos do Processo Administrativo nº 02501.004049/2018

<sup>5</sup> Na modelagem feita para a Rede de Referência foram incluídos no objetivo de eventos críticos as estações selecionadas em conjunto com o Estado (total de 441 estações da RHN)



tempestividade da informação, ante um cenário de crise que foi resultado da longa estiagem pela qual os Estados do Nordeste vêm enfrentando nos últimos anos (Figura 2).

29. O projeto está sendo mantido atualmente meio do Contrato nº 004/2017<sup>6</sup>, celebrado com a empresa Maxx que presta serviços de fornecimento de SMS e de celulares aos observadores de **451 açudes** selecionados como prioritários para gestão de recursos hídricos, pela ANA e pelos Estados da Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Piauí e Sergipe, apoiando especialmente os eventos de estiagem.

30. O projeto de monitoramento de açudes é importante pois os dados de cota coletados por esse serviço estão sendo colocados à disposição da sociedade por meio do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), gerido pelas Superintendências de Operação de Reservatórios e Eventos Críticos (SOE) e de Tecnologia da Informação (STI). A ANA contratou empresas para a revitalização das seções de réguas dos açudes (Figura 2) e do desenvolvimento do sistema de transmissão de dados (GDH), enquanto os órgãos estaduais selecionaram os observadores, e apoiaram a fiscalização das contratadas pela ANA, bem como a distribuição dos celulares e o respectivo treinamento dos observadores para a leitura e envio das cotas (Figura 3).



<sup>6</sup> Os dados diários são disponibilizadas no Sistema Nacional de Informações Hidrológicas – GDH, disponível em <http://www.snirh.gov.br/gdh/> e posteriormente no sistema Hidro, pelo portal SNIRH.



Figura 3 – Situação atual do projeto – todas as etapas implementadas e em pleno funcionamento.

31. Portanto, a fim de garantir o monitoramento diário de açudes em 9 (nove) Estados (PB, RN, BA, PI, PE, AL, SE e MG), os órgãos estaduais têm de cumprir as seguintes funções que foram pactuadas com os responsáveis pela condução do projeto:

- a. Fiscalização dos serviços de instalação das estações pela empresa contratada pela ANA;
- b. Seleção dos observadores, entrega dos celulares (termo de responsabilidade) e treinamento dos mesmos;
- c. Acompanhamento do trabalho realizado pelo observador;
- d. Substituição do observador quando necessário;
- e. Execução mensal da medição de vazão em pontos de afluência e defluência;
- f. Recebimento de ligações dos observadores que não conseguiram enviar dados automaticamente;
- g. Entrega das fichas dos observadores para a ANA/CPRM;
- h. Levantamento da correlação réguas antigas/novas, quando existirem.

32. Considerando que a essência do Progestão é fomentar a gestão das águas em território nacional, de forma integrada, descentralizada e participativa, e que a efetividade e engajamento do Estado deve ser coerente com as suas demandas e realidades, sugerimos incluir na Meta de Cooperação Federativa 1.4 que trata da prevenção de eventos hidrológicos críticos critérios objetivos que sejam reflexo também da participação do Estado para os eventos de estiagem, tais como o apoio no projeto de monitoramento dos açudes nordestinos.

33. Os critérios de avaliação da Meta 1.4 de monitoramento da seca em princípio só poderiam ser aplicáveis aos 9 (nove) Estados participantes do projeto, em razão das suas características regionais. Além disso, uma vez que os dois tipos de eventos hidrológicos (cheias e estiagens) são possíveis de ocorrer nesses locais, a avaliação do Estado para alcance da Meta deve abranger tanto a rede de alerta de cheias, quanto de monitoramento de açudes. E ainda, deve ser proporcional ao tamanho da rede de estações, ou seja, ao número de estações que compõem a Rede de Alerta (cheias) em comparação a à respectiva rede de açudes.

34. O sistema GDH permite ainda, assim como o Gestor PCD, obter um indicador estatístico do desempenho mensal da produção e disponibilização do dado hidrológico de cota dos açudes. Desse modo, nos mesmos moldes em que são calculados os dados de transmissão telemétrica, o GDH calcula o total de estações que transmitem dados diários em relação ao total previsto (Figura 4).

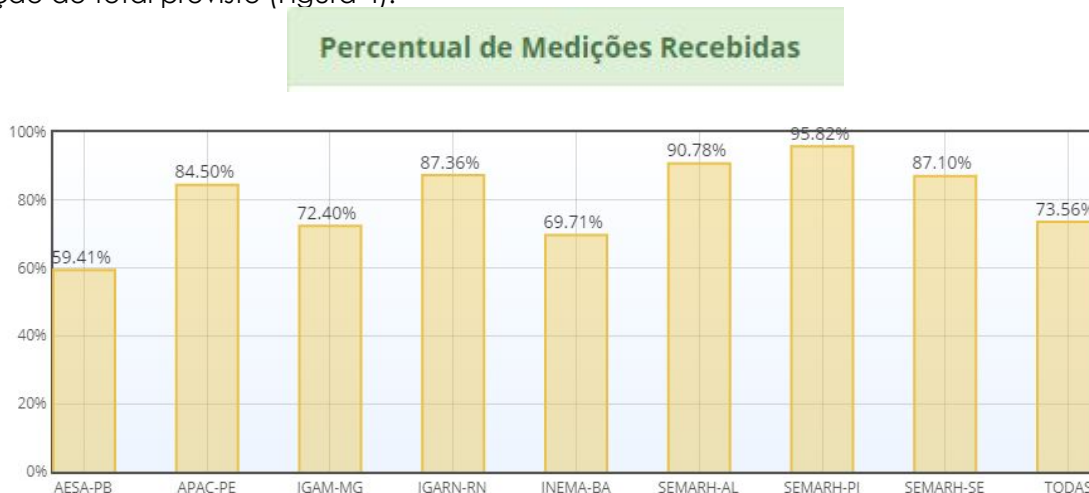


Figura 4 – Indicador mensal (%) de dados no GDH por órgão estadual



35. Uma vez que há grandes diferenças entre os tamanhos das redes de alerta e de açudes, e que as demandas de serviços são proporcionais à quantidade de estações sob a responsabilidade de uma instituição, **sugerimos a adoção de critérios proporcionais e individualizados para cada Estado**. Segue no Quadro 1 abaixo o total de PCD's instaladas tanto na Rede Alerta (cheias) quanto estações que enviam dados diários de cotas nos açudes (GDH), para fins de comparação entre o tamanho das redes de cada Estado:

| Estado | Qtde Estações GDH | Qtde Estações PCD | Total | GDH/PCD |
|--------|-------------------|-------------------|-------|---------|
| PB     | 123               | 5                 | 128   | 24,6    |
| RN     | 68                | 7                 | 75    | 9,7     |
| BA     | 127               | 16                | 143   | 7,9     |
| PI     | 27                | 6                 | 33    | 4,5     |
| PE     | 82                | 23                | 105   | 3,6     |
| AL     | 7                 | 11                | 18    | 0,6     |
| SE     | 5                 | 8                 | 13    | 0,6     |
| MG     | 9                 | 40                | 49    | 0,2     |

Quadro 1 – Qtd estações no GDH (açudes) e de PCD's (Rede de Alerta)

36. Por outro lado, retomando a questão da Rede de Referência e a absorção da Rede de Alerta Estadual no modelo de operação já mencionado, sugerimos que sejam discutidas soluções alternativas para os critérios de cumprimento da Meta 1.4, desde que previsto nos instrumentos contratuais vigentes.

#### IV- CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:

37. Das Unidades da Federação que participam atualmente do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas- Progestão, constatamos que a maioria alcançou os objetivos da Meta de Cooperação Federativa 1.4 relativa à Prevenção Hidrológica a Eventos Críticos, de acordo com a avaliação feita para o critério de manutenção das plataformas de coletas de dados (PCD's) da Rede de Alerta.

38. A metodologia de avaliação considerou o indicador estatístico (ITD) do sistema Hidro-Telemetria (Gestor PCD) que avaliou a quantidade de dados hidrológicos diários que são disponibilizados pelas PCD's em relação ao previsto para cada estação da Rede de Alerta.

39. Para as 24 (vinte e quatro) Unidades da Federação que atingiram o critério mínimo de 80% de ITD anual e/ou realizaram visitas de inspeção e manutenção das PCD's, certificamos o cumprimento da Meta 1.4, conforme relação abaixo:

| Ordem | Estado           |
|-------|------------------|
| 1     | Acre             |
| 2     | Alagoas          |
| 3     | Bahia            |
| 4     | Ceará            |
| 5     | Distrito Federal |
| 6     | Espírito Santo   |
| 7     | Goiás            |
| 8     | Maranhão         |
| 9     | Mato Grosso      |



| <b>Ordem</b> | <b>Estado</b>       |
|--------------|---------------------|
| 10           | Mato Grosso do Sul  |
| 11           | Minas Gerais        |
| 12           | Pará                |
| 13           | Paraíba             |
| 14           | Paraná              |
| 15           | Pernambuco          |
| 16           | Piauí               |
| 17           | Rio Grande do Norte |
| 18           | Rio Grande do Sul   |
| 19           | Rondônia            |
| 20           | Roraima             |
| 21           | Santa Catarina      |
| 22           | São Paulo           |
| 23           | Sergipe             |
| 24           | Tocantins           |

40. Para os Estados que não cumpriram os critérios e requisitos da Meta 1.4 em avaliação, Amazonas e Amapá, sugerimos a glosa integral.

41. Por fim, ante as peculiaridades regionais, as ações da Rede de Referência e do projeto de monitoramento de açudes do Nordeste, propomos a inclusão do critério que indica a participação do Estado no monitoramento diários dos açudes Nordestino, conforme explicitados nos itens acima, e ainda a revisão do critério ITD e manutenção de PCD's para os Estados que estão com a Rede de Alerta operada no modelo de Rede de Referência.

É o parecer técnico.

Brasília, 30 de abril de 2019

(assinado eletronicamente)  
ERIKA DE CASTRO HESSEN  
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)  
EDUARDO BOGHOSSIAN  
Engenheiro Eletrônico

(assinado eletronicamente)  
FABRICIO VIEIRA ALVES  
Coordenador de Operação da Rede Hidrometeorológica

De acordo, encaminhe-se ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)

(assinado Eletronicamente)  
MARCELO JORGE MEDEIROS  
Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica



Nota Técnica nº 10/2019/COAPP/SAS  
Documento nº 02500.044621/2019-16

Em 1º de julho de 2019.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
Assunto: **Certificação do 5º período do Progestão e determinação do valor da 5ª parcela a ser transferida ao estado de Santa Catarina.**

Referência: [Processo nº 02501.000772/2013-59](#)

1. Trata a presente Nota Técnica de apresentar a consolidação das certificações realizadas pelas Unidades Organizacionais da ANA (UORGs), responsáveis pela verificação das ações referentes ao cumprimento das Metas de Cooperação Federativa do Progestão, bem como ratificar a aprovação do Formulário de Autoavaliação das Metas Estaduais pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e apresentar a planilha de cálculo do valor da parcela referente ao 5º período de avaliação do Progestão no estado de Santa Catarina.

2. O Contrato nº 026/ANA/2014, celebrado entre a ANA e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS-SC), prevê o cumprimento de cinco metas de cooperação federativa e quatro grupos de variáveis com metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, totalizando 31 variáveis de gestão para cumprimento pelo estado ao longo dos cinco períodos previstos no referido contrato. As Metas de Cooperação Federativa detêm 50% do peso no cálculo do repasse e as Metas Estaduais respondem pelos demais 50%. As Metas de Cooperação Federativa são de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação, enquanto as de âmbito estadual passam a ter efeito financeiro, proporcional ao respectivo atendimento, somente a partir do terceiro período. O Anexo I do Contrato nº 026/ANA/2014 contém a descrição do processo de certificação das metas.

3. Em 13 de março de 2018 a ANA encaminhou o Informe nº 02/2018, detalhando os critérios para avaliação do cumprimento das Metas de Cooperação Federativa para as Entidades Estaduais que adotaram o ano de 2018 como quinto período de certificação e solicitou a apresentação, até 31 de março de 2019, do Relatório Progestão referente ao cumprimento das metas de cooperação federativa do ano 2018. Ainda em março de 2018 foi enviado ao estado o Informe nº 04/2017, orientando os procedimentos e definindo o prazo até 30 de abril de 2019 para envio do Formulário de Autoavaliação 2018 referente às metas estaduais, devidamente aprovado pelo respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Em junho a ANA encaminhou o Informe 08/2018, orientando sobre o cumprimento da meta de cooperação federativa 1.2 referente ao compartilhamento de dados de Águas Subterrâneas. Em setembro foi encaminhado mais um Informe, de número 11, com critérios de avaliação e orientações para o cumprimento da Meta 1.4.

4. Conforme previsto nos referidos Informes e na Resolução ANA nº 1485/2013, em 27/03/2019 a SDS-SC encaminhou à ANA, o Ofício GABS/SDS nº 211/2019 (Doc. nº [019327/2019](#)), tendo como anexo o **Relatório Progestão 2018**. Posteriormente, por meio da Resolução CERH nº 030/2019, de 12/06/2019, protocolada na ANA em 27/06/2019 (Doc. nº [044151/2019](#)), é encaminhado o **Formulário de Autoavaliação 2018** das Metas de Gerenciamento de Recursos Hídricos no âmbito do Sistema Estadual aprovado *ad referendum* do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

5. No Quadro 1 abaixo apresentam-se as Metas de Cooperação Federativa com as respectivas certificações para o estado de Santa Catarina no ano de 2018.

**Quadro 1.** Certificações das Metas de Cooperação Federativa do Progestão do estado de Santa Catarina pelas UORGs responsáveis no 5º período.

| Meta de Cooperação Federativa                                      | UORGs Responsáveis | Documento de Referência   | Situação de Atendimento |
|--|--------------------|---|-------------------------|
| Meta I.1. Integração de dados de usuários de recursos hídricos     | SFI/COCAD          | Parecer Técnico nº 17/2019/COCAD/SFI (Doc. nº <a href="#">026368/2019</a> ) | 98,8%                   |
| Meta I.2. Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas | SIP/COSUB          | Nota Técnica nº 21/2019/COSUB/SIP (Doc. nº <a href="#">026727/2019</a> )    | 97,37%                  |
| Meta I.3. Contribuição para difusão de conhecimento                | SPR                | Nota Técnica nº 37/2019/SPR (Doc. nº <a href="#">032638/2019</a> )          | 100%                    |
| Meta I.4. Prevenção de eventos hidrológicos críticos               | SGH                | Parecer Técnico nº 113/2019/SGH (Doc. nº <a href="#">026591/2019</a> )      | 100%                    |
|  | SOE                | Nota Técnica nº 16/2019/COART/SOE (Doc. nº <a href="#">026775/2019</a> )    | 55%                     |
| Meta I.5. Atuação para segurança de barragens                      | SRE/COSER          | Nota Técnica nº 22/2019/COSER/SRE (Doc. nº <a href="#">029891/2019</a> )    | 60%                     |

SFI: Superintendência de Fiscalização; SIP: Superintendência de Implementação de Programas e Projetos; SPR: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos; SGH: Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica; SOE: Superintendência de Operações e Eventos Críticos; SRE: Superintendência de Regulação.

6. Segundo os critérios e requisitos estabelecidos, o estado de Santa Catarina atendeu plenamente a somente uma das cinco Metas de Cooperação Federativa (Meta 1.3), e parcialmente as demais. O resultado da Meta 1.4 se desdobra em dois objetos, um referente à frequência de transmissão de dados da rede telemétrica de monitoramento, cumprida pelo estado; e a publicação dos boletins diários que possibilitem a tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos, inclusive em caso de eventos críticos, no qual obteve 55%.

7. A totalização do cumprimento do conjunto das Metas de Cooperação Federativa do estado, que respondem por 50% do total da certificação do período, foi da ordem de 43,37%. Já com relação às Metas de Gestão das Águas no âmbito do Sistema Estadual, que respondem pelos demais 50% da certificação, obtiveram um resultado de 35%.

8. A autoavaliação efetuada pela DRHI/SDS-SC em relação às Metas de Gestão no âmbito do Sistema Estadual, certificada pelo CERH, indicou o pleno atendimento das metas dos blocos II.1, II.2 e II.3. No entanto, no tocante ao bloco II.4., embora tenha atendido plenamente a um número maior que o mínimo de variáveis, deixou de atender a variável obrigatória II.4.1, devido à inexistência de pelo menos um registro de outorga para lançamento de efluentes cadastrado no CNARH. Uma vez que essa variável é de atendimento obrigatório para a tipologia B, na qual se enquadra o estado de Santa Catarina, o seu descumprimento exclui o desempenho de todo o bloco II.4.

9. Desse modo, o estado habilitou-se neste seu quinto e último período avaliativo a receber o valor parcial de **R\$ 587.752,50** (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) referente à 5ª parcela do Contrato nº 026/ANA/2014, conforme planilha de cálculo apresentada no **Anexo I** dessa Nota Técnica.

10. Cumpre esclarecer que, para o planejamento e acompanhamento do cumprimento das metas do Progestão foram realizadas oficinas em Florianópolis durante o primeiro ciclo com a participação da ANA, de dirigentes e profissionais da DRHI/SDS e eventuais convidados. No ano de 2018 foi realizada uma oficina com o estado de Santa Catarina, por videoconferência, em 13 de dezembro de 2018, para apoiar o cumprimento das metas do período, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e o aprimoramento do seu desempenho em relação ao cumprimento das metas do programa. A planilha apresentada no **Anexo II** contém um resumo dos aspectos discutidos nessa oficina relativos às Metas de Cooperação Federativa.

11. Do conjunto de atividades em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas, a DRHI/SDS destacou como especialmente relevantes para o período 2018 as seguintes:

- A Meta de Cooperação Federativa 1.2 que, a partir da consolidação do entendimento da equipe da DRHI/SDS acerca dos procedimentos para inserção dos dados no CNARH, obteve, em 2018, um desempenho muito superior ao dos anos anteriores.
- A regulamentação para outorga de lançamento, conduzida por uma Câmara Técnica do CERH/SC, encarregada de discutir os critérios para outorga de lançamentos e para piscicultura, ainda sem um relatório final. Foi desenvolvido novo módulo para cálculo de decaimento de efluentes, porém não foram obtidos avanços suficientes para assegurar a primeira outorga requerida pelo Progestão. Foi realizado pregão para contratação de serviços de monitoramento da qualidade da água, inicialmente na bacia do Itajaí, a ser iniciado no ano de 2019. Os dados obtidos contribuirão para a elaboração de um piloto de regulamentação dos lançamentos que balizará o processo de outorga, bem como contribuirá para a consolidação do Manual de Fiscalização de Recursos Hídricos.
- Os serviços de levantamento e cadastro de cerca de 71 barragens do estado (não serão incluídas as CGHs, com potencial de geração de energia até 3 MW) encontram-se em fase de conclusão, com os relatórios finais previstos para janeiro de 2019. Foram identificadas 35 barragens enquadradas como passíveis de controle pela PNSB.
- A consolidação dos procedimentos de outorga é um requisito essencial para o aperfeiçoamento da atividade, impactando também a outorga de lançamentos.

12. Em atendimento à alínea 'm' do inciso II da Cláusula Terceira, reiterada pelo inciso IV da Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 026/ANA/2014, que condiciona a utilização dos recursos recebidos em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento dos Sistemas Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foi solicitado que o Relatório Progestão 2018 indicasse a forma de utilização desses recursos.

13. O estado de Santa Catarina informou que, ao longo do ano de 2018, foram aplicados R\$ 2.543.892,04, os quais, somados aos R\$ 135.750,88 anteriormente dispendidos, totalizam R\$ 2.679.642,92 dos recursos do Progestão já transferidos. O saldo resultante, considerando os rendimentos apurados com a aplicação financeira, foi de R\$ 180.910,65 em dezembro de 2018, conforme o Quadro 2 abaixo. Cabe registrar que, a maior parte dos recursos aplicados em 2018 foi destinado às Entidades Executivas contratadas para prestar apoio aos colegiados de gestão de recursos hídricos do estado.

**Quadro 2.** Aplicação dos recursos do Progestão até dezembro de 2018.

| RECURSOS PROGESTÃO            | 2015              | 2016                | 2017                | 2018              | TOTAL             |
|-------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Parcela Progestão transferida | 750.000,00        | 740.400,00          | 530.625,00          | 565.125,00        | 2.586.150,00      |
| Rendimentos obtidos           | 33.048,72         | 105.696,75          | 98.553,11           | 37.104,99         | 274.403,57        |
| Despesas efetuadas            | --                | --                  | 135.750,88          | 2.543.892,04      | 2.679.642,92      |
| <b>SALDO PROGESTÃO</b>        | <b>783.048,72</b> | <b>1.629.145,47</b> | <b>2.122.572,70</b> | <b>180.910,65</b> | <b>180.910,65</b> |



14. Tendo em vista o alcance das metas do período conforme exposto acima, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina (DIRH-SDS), faz jus à transferência parcial dos recursos do Progestão no valor de **R\$ 587.752,50 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)**, de acordo com o Inciso II da Cláusula Quarta do Contrato supracitado, uma vez comprovada a regularidade fiscal da SDS prevista na Cláusula Décima Primeira do mesmo contrato.

15. Por intermédio do Ofício GABS/DRHI nº 492/2019 (Doc. nº 044151/2019), a SDS-SC solicita a liberação da 5ª parcela do Progestão, conforme previsto no Art. 12, Inciso III, item 'I' da Resolução ANA no 379, de 21 de março de 2013.

16. Recomenda-se o envio desta Nota Técnica à SDS-SC responsável pelo contrato Progestão para ciência e apresentação de contestação, se for o caso, no prazo máximo de 10 dias úteis a partir do Aviso de Recebimento.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
AGUSTIN JUSTO TRIGO  
Gestor do Contrato nº 026/ANA/2014  
Portaria nº 350, de 6 de outubro de 2015

De acordo. Ao Superintendente de Apoio ao SINGREH para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Encaminhar à SDS-SC para ciência e apresentação de contestação no prazo máximo de 10 dias úteis, se for o caso.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

**ANEXO I**

| Período   | Progestão - Determinação do valor da parcela a ser paga ao estado |   | <b>PROGESTÃO</b><br>Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas |                    |             |                |           |    |
|---|---|---|--|--------------------|-------------|----------------|-----------|----|
|   | Gestor do Contrato:   | AGUSTIN TRIGO   |  |                    |             |                |           |    |
| 5   | Estado:   | SC  |  |                    |             |                |           |    |
|   | TIPOLOGIA   | B   |  |                    |             |                |           |    |
|   | EDITAR APENAS CÉLULAS COM PREENCHIMENTO AZUL                      |   |  |                    |             |                |           |    |
|   |   |   |  |                    |             |                |           |    |
| I. Metas Federativas  | ID  | Metas/Variáveis   | Período 5  |                    |             |                |           |    |
|   |   |   | Pesos (%)  | Variável Avaliada? | Mi          | Mi*Pi (%)      |           |    |
|   | I.1   | Integração das bases cadastrais                               | 10   | SIM                | 0,99        | 9,88           |           |    |
|   | I.2   | Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas      | 10   | SIM                | 0,97        | 9,737          |           |    |
|   | I.3   | Contribuição para difusão do conhecimento                     | 10   | SIM                | 1,00        | 10             |           |    |
|   | I.4.1   | Sala de Situação - Produção de boletins                       | 5  |                    | 0,55        | 2,75           |           |    |
|   | I.4.2   | Transmissão e disponibilização de dados telemétricos das PCDs | 5  | SIM                | 1,00        | 5              |           |    |
| I.5   | Atuação para segurança de barragens                               | 10  | SIM  | 0,60               | 6           |                |           |    |
| II. Metas Estaduais   | Metas/Variáveis   |   | Pesos (%)  | Variável Avaliada? | mi          | Mi             | Mi*Pi (%) |    |
|   | II.1 Legais, institucionais e de Articulação Social               | II.1.1  | Organização Institucional do Modelo de Gestão  | 15                 | OBRIGATÓRIA | 1              | 1         | 15 |
|   |   | II.1.2  | Organismo(s) Coordenador/Gestor  |                    | OBRIGATÓRIA | 1              |           |    |
|   |   | II.1.3  | Gestão de Processos  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.1.4  | Arcabouço Legal  |                    | OBRIGATÓRIA | 1              |           |    |
|   |   | II.1.5  | Conselho Estadual de Recursos Hídricos   |                    | OBRIGATÓRIA | 1              |           |    |
|   |   | II.1.6  | Comitês de Bacias e Organismos Colegiados  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.1.7  | Agências de Água e Entidades Delegatárias  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.1.8  | Comunicação Social e Difusão   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.1.9  | Capacitação Setorial   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.1.10   | Articulação com Setores Usuários e Transversais                                      |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   |   | Σmi Bloco II.1   | MÍNIMO: 6          | 10          |                |           |    |
|   | II.2 Planejamento   | II.2.1  | Balço Hídrico  | 10                 | OBRIGATÓRIA | 1              | 1         | 10 |
|   |   | II.2.2  | Divisão Hidrográfica   |                    | OBRIGATÓRIA | 1              |           |    |
|   |   | II.2.3  | Planejamento Estratégico Institucional   |                    | SIM         | 0              |           |    |
|   |   | II.2.4  | Plano Estadual de Recursos Hídricos  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.2.5  | Planos de Bacias   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.2.6  | Enquadramento  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.2.7  | Estudos Especiais de Gestão  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.2.8  | Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão  |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   |   | Σmi Bloco II.2   | MÍNIMO: 3          | 7           |                |           |    |
|   | II.3 Informação e suporte   | II.3.1  | Base Cartográfica  | 10                 | OBRIGATÓRIA | 1              | 1         | 10 |
|   |   | II.3.2  | Cadastro de Usuários e Infraestrutura  |                    | OBRIGATÓRIA | 1              |           |    |
|   |   | II.3.3  | Monitoramento Hidrometeorológico   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.3.4  | Monitoramento de Qualidade de Água   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.3.5  | Sistema de Informações   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.3.6  | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   |   | Σmi Bloco II.3   | MÍNIMO: 3          | 6           |                |           |    |
|   | II.4 Operacional  | II.4.1  | Outorga de Direito de Uso  | 15                 | OBRIGATÓRIA | 0              | 0         | 0  |
|   |   | II.4.2  | Fiscalização   |                    | SIM         | 1              |           |    |
|   |   | II.4.3  | Cobrança   |                    | NÃO         |                |           |    |
|   |   | II.4.4  | Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão                                     |                    | SIM         | 1              |           |    |
| II.4.5  |   | Infraestrutura Hídrica  | SIM  |                    | 1           |                |           |    |
| II.4.6  |   | Gestão e Controle de Eventos Críticos                         | SIM  |                    | 1           |                |           |    |
| II.4.7  |   | Fundo Estadual de Recursos Hídricos                           | SIM  |                    | 1           |                |           |    |
| II.4.8  |   | Programas Indutores   | SIM  |                    | 1           |                |           |    |
|   |   | Σmi Bloco II.4  | MÍNIMO: 2  | 0                  |             |                |           |    |
|   |   | <b>Pprogestão (%)</b>   |  |                    |             | 78,367         |           |    |
|   |   | <b>Pmax (%)</b>   |  |                    |             | 100            |           |    |
|   |   | <b>Ano de Exercício</b>                                       |  |                    |             | 2018           |           |    |
|   |   | <b>Vmax (R\$)</b>   |  |                    |             | R\$ 750.000,00 |           |    |
|   |   | <b>Vparcela (R\$)</b>   |  |                    |             | R\$ 587.752,50 |           |    |
| m <sub>i</sub> : indicador de atendimento da variável estadual de gestão (não cumpriu: 0 ou cumpriu: 1)<br>M <sub>i</sub> : indicador de atendimento da meta (de 0 a 1)<br>P <sub>max</sub> : somatório do peso das metas (em %)<br>P <sub>i</sub> : peso atribuído à meta conforme Anexos III e IV do Quadro de Metas (em %)<br>P <sub>progestão</sub> : percentual de atendimento (entre 0 e 100%)<br>V <sub>max</sub> : valor máximo da parcela (R\$ 750 mil)<br>V <sub>parcela</sub> : valor do desembolso anual (em R\$) |   |   |  |                    |             |                |           |    |